



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 116

PORTO VELHO-RO, QUINTA-FEIRA, 16 DE JULHO DE 2015

ANO IV

SUMÁRIO

SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES	Capa
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	2223
TAQUIGRAFIA	2223

SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 3984/2015-93

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – ALE torna público que contratará por **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, com fulcro no inciso II, § 1º, do artigo 25, combinado com o inciso VI do artigo 13 da Lei nº 8.666/93, a empresa **ESAFI – ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E TREINAMENTO LTDA**, inscrita no CNPJ nº 35.963.479/0001-46, com vistas à participação de servidores no curso de capacitação “**GESTÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO**”, que será realizado nos dias 22, 23 e 24 de julho de 2015, na cidade de Fortaleza/CE, no valor total de R\$ 6.300,00 (Seis mil e trezentos reais), conforme consta nos autos supracitados.

Milton Neves de Oliveira

SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ALE/RO

Ratifico a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nos termos dispostos no inciso II, § 1º do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/93.

MESA DIRETORA

Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**
1º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**
2º Vice-Presidente: **HERMÍNIO COELHO**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**
2º Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**
3º Secretário: **ALEX REDANO**
4º Secretária: **ROSÂNGELA DONADON**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - **Carlos Alberto Martins Manvailer**
Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

Publique-se no prazo máximo de 5 (cinco) dias, para que produza sua eficácia, conforme determina o artigo 26 da Lei 8.666/93.

Porto Velho - RO, 15 de julho de 2015.

Maria Marilu do Rosário de B. Silveira
SECRETÁRIA GERAL ADJUNTA – ALE/RO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2015/CPP/ALE/RO Processo Administrativo nº 00005215/2015-59

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – ALE/RO, por meio de seu Pregoeiro, designado através do ATO Nº 2395/2015-SRH/P/ALE, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se encontra autorizada à realização do certame, consignando o que se segue:

TIPO: Menor Preço

BASE LEGAL: Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, as disposições da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005; do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para FUTURA e EVENTUAL contratação de empresa especializada em prestação de serviços de reservas, emissão, marcação, remarcação, endosso de bilhetes e fornecimento de passagens de ônibus (rodoviário intermunicipal), no período de validade da Ata de Registro de Preços. A licitação será do tipo MENOR PREÇO/MAIOR

DESCONTO conforme especificações detalhadas no Termo de Referência, constante do Anexo I deste Edital.

VALOR ESTIMADO: R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA A PARTICIPAÇÃO DE ME's E EPP's, conforme art. 6º do Dec. nº 6.204, de 5.09.07. () SIM (X) NÃO

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Dia: 10 de agosto de 2015, Hora: 09h00min.

INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: Dia: 10 de agosto de 2015, Hora: 09h30min.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitacoes-e.com.br

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL: www.ale.ro.gov.br - (Licitações); www.licitacoes.com.br; Esclarecimentos: cpl@ale.ro.gov.br; Telefone: (0xx) 69-3216-2732.

Porto Velho-RO, 16 de julho de 2015.

Everton José dos Santos Filho
Pregoeiro ALE/RO

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº 2730/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

ALTERAR

A lotação do Servidor **JOAO CARLOS TEIXEIRA PINHEIRO**, que exerce o Cargo em Comissão de Assessor Técnico, para o Departamento de Logística, a contar de 1º de julho de 2015.

Porto Velho, 14 de julho de 2015.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

TAQUIGRAFIA

**ATA DA 23ª AUDIÊNCIA PÚBLICA
PARA DEBATER SOBRE FORNECIMENTO
DE HEMOCOMPONENTES
E HEMODERIVADOS EM CLÍNICAS
E HOSPITAIS NO ESTADO DE RONDÔNIA.**
Em 29 de Junho de 2015.

Presidência do Srs.
Dr. Neidson – Deputado
Só Na Bença - Deputado

(Às 15 h e 15 minutos é aberta a sessão.)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Boa tarde. Sejam todos bem-vindos. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, saudamos todos em nome do Presidente desta Casa, deputado Maurão de Carvalho, que definirá quem poderá também participar desta Audiência Pública.

Senhoras e Senhores. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia atendendo a Requerimento dos excelentíssimos senhores deputados estaduais Dr. Neidson, Alex Redano e Só Na Bença, objetivando debater sobre o fornecimento de hemocomponentes e hemoderivados em clínicas e hospitais do Estado de Rondônia, a Assembleia Legislativa realiza esta Audiência Pública.

Convidamos para compor a Mesa, o deputado Dr. Neidson, já se encontra à Mesa. Ele é um dos proponentes desta Audiência Pública. O excelentíssimo senhor, deputado Só Na Bença, também proponente desta Audiência Pública, excelentíssimo senhor deputado Alex Redano, proponente também desta Audiência Pública, o Dr. Orlando José Ramires, Presidente da FHEMERON, Dr. Viriato Moura, representante do Sindicato dos Hospitais, Dr. Hiran Gallo, Tesoureiro do Conselho Federal de Medicina, representando o Conselho Federal de Medicina, Dra. Fabiana Cristovam, representante do Ministério Público do Estado de Rondônia. Excelentíssimo senhor vereador Amalec da Costa, da Câmara Municipal de Ariquemes. Dra. Evany Gabriela, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas Deficientes, representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/Seção Rondônia.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública, objetivando debater sobre o fornecimento de hemocomponentes e hemoderivados em clínicas e hospitais do Estado de Rondônia.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Convidamos a todos para cantarmos o Hino Céus de Rondônia (letra de Joaquim de Araújo Lima e música do Dr. José de Mello e Silva)

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Boa tarde a todos. Esta Audiência Pública tem por finalidade esclarecer um assunto

que foi colocado na tribuna desta Casa de Leis, por solicitação de usuários do Sistema Único de Saúde, de pacientes e de pessoas, os quais nos informaram que estavam sendo cobrados pela transfusão de sangue. Mas na verdade não é a cobrança do sangue, a cobrança é de acordo a uma Lei que nós temos desde 2001, uma lei federal, na qual os bancos de sangue estaduais têm uma prerrogativa de cobrar os insumos, os honorários médicos, o gasto que tem para o preparo e para a manutenção de sangue à rede privada de saúde. E temos por objetivo nesta Audiência Pública, como já se está sendo cobrado no Estado de Rondônia, me parece que faltavam só dois Estados a ser efetivada essa Lei. Realizamos esta Audiência para tentarmos entrar em um acordo comum e dar uma solução a este problema. Porque as pessoas doam sangue de forma gratuita e pensam que vão receber esse sangue também de forma gratuita, mais na frente. E se essa pessoa chega à rede privada de saúde, ela vai ser cobrada. E a intenção dela é não pagar por isso. Então, a pessoa de uma doadora, doa gratuitamente, por amor, e o sangue é um dos tecidos que tem mais... Vital para o organismo e chegam numa rede privada e vai ser cobrado pelo sangue que doou? Então, as leis também nos prejudicam um pouco.

Quero passar a palavra ao deputado Alex Redano e ao deputado Só Na Bença, que é o vice-Presidente da Comissão de Saúde, para fazer seus esclarecimentos iniciais.

Solicito ao Mestre de Cerimônias que registre as presenças.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Antes das palavras dos excelentíssimos senhores deputados Alex Redano e Só Na Bença, queremos agradecer a presença do Dr. Humberto Marques membro da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, da OAB. Fabiano Vilela Barros, Diretor Administrativo da Clínica da Criança, em Ariquemes. Dr. Rodrigo Barbosa Marques, advogado do Hospital da UNIMED. Ana Rosa dos Santos Vieira, representante da AGEVISA. Dione William de Aguiar, representante do Hospital Cândido Rondon, em Ji-Paraná. Dr. Rached Mohamoud, Diretor Clínico do Hospital da UNIMED. Dra. Márcia Meira, Diretora Técnica do Hospital da UNIMED. Dr. Saleh Razzak, Diretor Administrativo do Hospital da UNIMED. Sra. Márcia de Brito Pereira, Administradora do Hospital 9 de Julho. Dra. Eucilene Bezerra, representante do Hospital das Clínicas e todas as senhoras e senhores que nos honram com suas presenças.

A título de orientação, Presidente desta Audiência Pública, deputado Dr. Neidson, vamos ouvir os dois Deputados proponentes, segundo o deputado Dr. Neidson, vamos ouvir o Vereador e os componentes da Mesa. Caso queiram fazer uso da palavra, por gentileza, se inscrevam com o Cerimonial ou então levarem a mão e podem pedir à Mesa para fazer uso da palavra.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Quero registrar a presença do deputado Adelino Follador que está presente na nossa tribuna.

O SR. ALEX REDANO – Senhor Presidente da Comissão de Saúde, deputado Dr. Neidson, vice-Presidente, deputado Só Na Bença, todas as autoridades componentes da Mesa, os amigos

presentes, bem-vindos a esse tema tão polêmico e tão importante para a nossa sociedade.

Falar, senhor Presidente, que tomei conhecimento dessa questão, Dr. Hiran, Dr. Orlando, era leigo nessa questão, não sabia da cobrança em outros Estados, pelas redes sociais. Vereador de Ariquemes, o vereador Amalec da Costa gravou um vídeo no facebook, rede social facebook, mais de quantas visualizações? 18.000 visualizações. Para vocês verem o tanto que é polêmico e o tanto que as pessoas não tinham esse conhecimento. E pude notar, pelas redes sociais, até outros vídeos sendo gravados e fiquei preocupado, e usei esta tribuna falando desse acontecimento. Fiquei preocupado por duas situações: primeiro, a polêmica que pode afastar possíveis doadores, e segundo, também a não divulgação dessa cobrança. Sou um profundo admirador da FHEMERON, Dr. Orlando, inclusive, vamos debater em outra Audiência no sentido da independência financeira, a independência política da FHEMERON para fazer um trabalho melhor, e tenho um carinho especial, tenho muitos amigos na FHEMERON. Mas, penso que deveria ter sido feito uma política de maior divulgação, pegou todos nós, principalmente, eu que sou leigo, a maioria das pessoas que são leigas, desprevenidas e isso gerou certa polêmica. É cobrado o insumo, é cobrado o sangue, quem paga é o hospital, quem paga é o paciente. São várias dúvidas que vamos debater. Somos sabedores que é uma Lei Federal, mas de repente através dessa Audiência, nós podemos encaminhar esta ata, requerimentos para melhor análise dessa Lei. Somos sabedores também que não é justo, nós pagadores de impostos custearmos um bem público que é o sangue, todo trabalho que é feito na FHEMERON para o particular gratuitamente. Só que na verdade, esse custo está sendo repassado para o paciente e muitos pacientes, vão a rede particular porque a nossa saúde pública está sucateada, ele não tem como, de repente, uma mãe fazer o parto num hospital público, porque não tem estrutura, então, ele se vê obrigado ir no particular, mas essa pessoa, ele é um potencial usuário do SUS, e ele vai no particular pela carência do SUS, pela carência do Estado.

É um tema polêmico, agradeço todos que vieram para debater, gostaria, senhor Presidente, que fosse disponibilizada uma fala para o vereador Amalec, ele foi o precursor, a maioria das pessoas tomaram conhecimento através deste vídeo, para expor qual que é o anseio da comunidade. Também, vamos ouvir o diretor do Hemocentro, os advogados, todo mundo presente, para ver o outro lado também, a questão jurídica e a questão da necessidade também da FHEMERON.

Senhor Presidente, obrigado pela disponibilidade da fala e parabéns pela Comissão de Saúde que tem se mostrado muito atuante, são várias Audiências que estamos participando na Comissão de Saúde e está fazendo a diferença nesta Casa de Leis. Muito obrigado, senhor Presidente.

(Às 15 horas e 31 minutos o Sr. Dr. Neidson passa a Presidência ao Sr. Só na Bença)

O SR. SÓ NA BENÇA (Presidente) – Obrigado deputado Alex Redano, por sua fala, tão importante. Sabemos que na verdade, no dia que nós ficamos sabendo através do Vereador, que passou para vossa excelência e chegou até a tribuna desta

Casa, foi essa grande polêmica. Estávamos todos reunidos quando o Presidente Dr. Neidson, procurou a FHEMERON, e o Dr. Jorge destinou no dia da Comissão de Saúde, o Jorge, passou a realidade, como está, como procedem, esses procedimentos. Foi muito importante, naquele dia, vossa excelência inclusive, quero agradecer a presença do deputado Adelino, que estava também na Comissão, está sempre nos acompanhando, isso é muito importante. Jorge deu os esclarecimentos, e que foram muito importantes. Parabéns Dr. Jorge, onde praticamente vossa excelência passou a entender como é que funciona a questão do sangue, a venda desse sangue, que na verdade não é vendido o sangue, é cobrado o insumo daquilo que é gasto em colher esse sangue. Quero agradecer a presença do deputado Alex Redano, que é proponente desta Audiência e foi bom, pois naquele dia marcamos esta Audiência, a qual está sendo realizada para que os profissionais, que trabalham com a FHEMERON principalmente o Dr. Orlando, vai explicar, e várias pessoas vão explicar.

Neste momento passo a palavra para o Vereador, que na verdade foi o denunciante e vai aqui nos falar, dar uma palavra para todos nós, para que nós possamos entender um pouquinho daquilo que foi acontecido.

O SR. AMALEC DA COSTA – Cumprimentamos a todos com uma boa tarde, em especial ao deputado Neidson, que é Presidente da Comissão de Saúde desta Casa, aos nobres deputados Alex Redano, deputado Só Na Bença, cumprimentamos todos que fazem parte desta Mesa. Cumprimentamos meu amigo deputado Adelino Follador, do Município de Ariquemes, Dr. Fabiano, que é do meu município também, cumprimentamos todos que estão presentes, a imprensa e aos meus assessores que estão no plenário também.

Deputado Alex, agradeço a oportunidade pelo convite estendido a mim, de nós podermos está falando sobre um assunto realmente polêmico, mas, de suma importância para nós discutirmos nesta tarde na Assembleia Legislativa.

Recebi uma carta da FHEMERON pelo seu Presidente, a qual falava sobre o desconhecimento de minha pessoa sobre a legislação. Confesso ao senhor, Presidente, que o desconhecimento não é só meu, o desconhecimento é dos demais Deputados que também estão presentes, que confessaram não sabiam. Desconhecimento também da imprensa que, também, não sabia. Nem a nossa Promotora de Justiça que aqui está, que trabalha com leis todos os dias, ela não conhece a nossa Constituição, todas as Leis de cor, ela não sabe todos os artigos e incisos, e quero dizer para o senhor que eu também sou bacharel em Direito e tenho um pouco de conhecimento também. Mas nem eu e nem a senhora Promotora, nem qualquer operador de Direito conhece a legislação toda, não tem ela toda de cor, então é preciso realmente um estudo, é preciso realmente buscarmos informações. E quando eu expressei através daquele vídeo, senhor Presidente, eu expressei também o sentimento de uma sociedade deputado Alex Redano, e hoje Presidente, mas nosso eterno vereador de Ariquemes. Deputado são dezoito mil acessos e o senhor pode contemplar ali a indignação das pessoas que vão ao Hemocentro, que fazem as suas doações com o objetivo único, aquilo que a própria FHEMERON divulga em suas campanhas que é salvar vidas. Então o trabalho de

amor deputado Só Na Bença, de confraternização, de fraternidade, de amor ao próximo quando a pessoa vai e faz a doação é isso que ela espera, que o seu objetivo final seja alcançado. E eu discordo por mais que esteja expresso na lei, que esteja expresso num artigo que fala que é o insumo, que é o trabalho, que é o serviço que está sendo cobrado e não o sangue, o objetivo final é o sangue, Presidente Neidson, porque a pessoa no final não vai comprar o insumo, ela vai querer o sangue no final. Você vai ao supermercado você não vai comprar o insumo do refrigerante, você vai comprar o refrigerante no final, é o produto final. Então você não vai aos supermercados, senhores, comprar um refrigerante, compra o seu concentrado, a água, o gás, não. Você vai comprar o refrigerante. A mesma coisa é o sangue, o final o paciente quer o sangue e nem todos que vão à rede privada, que vão num hospital particular, não é por que ele tem condições financeiras ou por que ele tem o seu plano de saúde, é porque, ele vai ao público, ele vai ao hospital do governo e não tem o atendimento, a cirurgia, por exemplo, um parto que a pessoa precisa fazer, que se programa nove meses, mas, pode ter uma complicação, precisa fazer uma cesárea, se ela não tiver o dinheiro para pagar o sangue como ela vai fazer deputado Alex? Se ela tem o valor só para pagar o parto, cada bolsa de sangue para o paciente gira em torno de quatrocentos e vinte e oito reais, se ela precisar de 4, 5 bolsas de sangue, são dois mil, dois mil e quinhentos reais? E lembrando que a cobrança não é para o hospital, todos nós sabemos que essa cobrança final é para o paciente, é o paciente que vai ter que tirar do bolso e vai ter que arcar com essa despesa. Então eu não acho justo, pode ser legal, mas para mim é uma lei imoral, esse é o meu conceito. Por mais que seja uma lei federal, que hoje nós não vamos mudar essa realidade, mas nós podemos provocar uma situação. Que nós possamos senhores Deputados, Vereadores, imprensa presente, cobrar da nossa Bancada Federal que inicie em Brasília uma discussão e que nós possamos futuramente ter um resultado melhor para a nossa nação, nessa questão. Porque nós estamos falando do sangue, o qual nós defendemos aqui, que é vida senhores Deputados.

Agradeço a importância que vocês deram a este assunto, nós precisamos tratar isso de forma muito transparente, é uma lei de 2001, não consigo entender e aqui uma parte administrativa e política, porque agora o governo do Estado está cobrando se é uma lei de 2001? Se os outros Estados já faziam isso, porque que o nosso Estado não fazia? E porque essa cobrança agora? Agora independente disso, penso eu, se houver possibilidade do Governo do Estado continuar arcando com essa contrapartida é o mais decente que ele pode fazer. Porque se nós já entramos com a doação e aqui eu falo como cidadão, eu também sou pagador de impostos, como os Hospitais também arcam com uma carga tributária que é pesada, nessa questão do sangue, não falo de outras situações, mas o Governo deveria continuar arcando com essa despesa, é uma contrapartida. Até porque a Fundação ganha muito dinheiro, recebe muito dinheiro do Governo, são funcionários do Governo, a Fundação recebe doações, recebe recursos. Eu só não consigo entender essa conta, porque até aqui não foi cobrado e porque a partir de agora será cobrado? E porque não agiu de forma transparente? Porque não esclareceu para a população e

passou até cobrar de forma retroativa, a partir do mês de fevereiro?

Porque a FHEMERON não fez esse trabalho e aqui tem os seus representantes, Presidente, que eles possam dar este esclarecimento também, porque só veio à tona, a partir, daquele vídeo que vazou para o Face e depois as pessoas compartilharam e imprensa ficou sabendo e começaram as cobranças. Então se é para tratar de forma transparente que seja feito isso, que seja repassado para as pessoas porque eu tenho certeza absoluta, cada doador que passa a saber dessa situação, e é preocupante como o Deputado Alex falou, que as pessoas poderiam parar de doar sangue, mas que pelo menos tenha consciência do que ela está fazendo, que a campanha seja então: “doe o seu sangue para o SUS, para o público será doado”. “Mas de repente se você quiser pode vender o seu sangue, que nós vamos revendê-lo para o particular”. Então que seja essa campanha, que seja ela transparente, por eu duvido você conseguir explicar para um doador de sangue, eu duvido que você consiga explicar para o doador de sangue, que o sangue dele vai ser negociado, que as pessoas vão pagar por ele lá na frente. Porque é o sangue que se pede no final, o que o paciente quer é o sangue.

E outra coisa a FHEMERON, qualquer Hemocentro, como que ela recebeu esse sangue? Ela pagou para poder negociar? Para poder ter um insumo, para poder ter o trabalho não tem que ter o sangue? Não é o sangue a matéria prima, Sr. Presidente?

Então fica este questionamento que é importante, é salutar, é muito bom que nós possamos nos aprofundar nessa discussão. E peço aos senhores Deputados vamos provocar a nossa bancada federal, vamos levar essa discussão para Brasília também, representando os seus partidos e possamos, de repente, num futuro ter essa lei, para mim imoral, revogada a nível de Brasil. Muito obrigado.

(Às 15 horas e 41 minutos o Sr. Só na Bença passa a presidência ao Sr. Dr. Neidson)

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Obrigado vereador Amalec, eu acredito que devemos também questionar sobre por que o paciente do SUS busca na rede privada de saúde. Porque temos municípios no interior que a maioria dos médicos são clínicos gerais, um exemplo: Guajará-Mirim, outro exemplo: Costa Marques, que nem clínicos gerais tem. E por quê? Onde esses pacientes vão buscar o atendimento? Às vezes tem que ir numa rede privada, num hospital próximo, e aí? Se ele precisar de um sangue vai ser cobrado dele também?

Deputado Adelino Follador se quiser fazer algum pronunciamento... Mas eu queria primeiramente passar a palavra ao Mestre de Cerimônias.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Ok! Registramos as presenças do Sr. João Carlos Soares, Diretor Administrativo, representante da Maternidade Regina Pacis, da enfermeira Elza Aparecida da Silva, representante do Hospital Panamericano, e a Sra. Maria do Socorro Justo da Silva, Presidente da Associação Monte Sinai.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Passemos a palavra ao Dr. Hiran Gallo, que é o representante do Conselho Federal de Medicina.

O SR. HIRAN GALLO – Boa tarde a todos, é uma honra estar na Casa do povo, do qual tem grande importância para o Estado de Rondônia, a democracia se exerce desta forma, esta Casa fiscaliza o gestor, esta Casa defende o povo, esta Casa normatiza e legisla. Portanto, meus parabéns a todos os Deputados, e em especial meu irmão Neidson pela forma como ele está trazendo um problema que é crucial.

Meu irmão Orlando, meus cumprimentos, Dr. Viriato meus cumprimentos, deputado Alex, Vereador, meus parabéns por suas colocações, deputado Follador.

Eu não poderia deixar de citar o Dr. Humberto que foi meu assessor jurídico quando ocupei um cargo público, aos diretores de hospitais, da Unimed, a Dra. Márcia, do 9 de Julho, da Regina Pacis, todos aqui presentes.

Primeiro quero dizer para vocês que fui eleito pelo Estado de Rondônia para representar o Estado de Rondônia no Conselho Federal de Medicina, depois fui eleito pela segunda vez em Brasília para ocupar um cargo de direção, hoje eu represento 420 mil médicos brasileiros. Portanto, o Conselho Regional e os Conselhos Federais de Medicina, é um órgão da defesa da sociedade, por isso que eu estou aqui.

Fiquei muito preocupado quando eu vi esta situação, fiquei preocupado porque tem que existir diálogo, nunca ninguém consegue chegar a nada pelo monólogo, sempre tem que ter diálogo e o diálogo é de grande importância para que nós possamos ter sucesso como gestor.

Quero dizer para vocês que nós temos dois tipos de saúde no Brasil, o Sistema Único de Saúde que é universal, muito bonito como está escrito nas leis, mas lamentavelmente, ele é subfinanciado, vou mais além, é um sistema de controle e avaliação deficiente e, muitas vezes, com péssimos gestores comandando o setor de saúde. O Sistema Único de Saúde agrega mais de cento e sessenta milhões de brasileiros, porque tem a saúde complementar? Por que o Sistema de Saúde, o SUS, é falho, e como tal eu tive que procurar um atendimento suplementar, que é a saúde suplementar onde hoje está sendo regularizado, regulamentado pela Agência Nacional de Saúde.

Bom, vamos lá. Por que é que eu estou aqui? Como eu disse inicialmente, os Conselhos Regionais e o Conselho Federal de Medicina é um órgão de defesa da sociedade e como tal eu não poderia me calar, transferi minha viagem a pedido de muitas pessoas para vir aqui e estou aqui justamente, não para achar culpado, para nós acharmos uma solução que está hoje em pauta.

A lei existe, ela é facultativa, não quer dizer que tem que ser rigorosamente empregada a lei, há mais de uma década esta lei existe. Vamos lá, eu cobro os insumos, os insumos têm que ser cobrados de acordo com o por você adquirido, ele não pode ter lucro no repasse dessa cobrança desses insumos aos hospitais, aí eu mando a conta para os hospitais, trouxeram até um boleto para eu ver como é que era a conta sem discriminação dizendo que foi do paciente tal, o que foi gasto foi isso, sem nada, só relatando a CBHPM que não pode ser usada uma vez que está *sub judice*, esta tabela não pode

ser usada, está *sub judice*. Bom, por que o CADE disse que se usasse essa tabela era caracterizaria um cartel e como tal o Conselho Federal de Medicina deixou de praticar esta tabela.

A conta chega ao hospital, alguém vai pagar esta conta, o hospital vai repassar para a operadora do plano de saúde, a operadora vai fazer o estudo desse atuarial e vai dizer: 'este segmento está tendo desequilíbrio'; através do estudo atuarial, aí eu vou cobrar da população daquelas que procuraram a saúde suplementar.

Eu vou lá ao banco, no FHEMERON ou qualquer outro banco e faço aquele ato sublime que é a doação do sangue, só que eu posso ser usuário de um plano de saúde desses, do qual 10% da população de Rondônia, pelo que eu levantei tem mais de cem mil pessoas que tem uma saúde suplementar, eu doe o sangue e lá na frente eu vou ser cobrado daqueles insumos que o banco de sangue está cobrando, eu vou me sentir e inicialmente vai me afugentar. Se eu fiz uma doação daquele sangue e agora eu tenho que pagar para o hospital e o hospital vai cobrar da operadora e a operadora vai cobrar de mim, que tem também neste plano de saúde um custo operacional. Isso é, eu compro aquele plano e pago um percentual, Deputado, para eu poder usar. Por exemplo, a minha conta deu cem mil reais, se for 10% eu vou pagar dez mil reais de cem mil. Veja bem onde nós estamos chegando, aí vem a minha preocupação. Eu acho que tem que sentar o FHEMERON, os hospitais, eu me proponho, inclusive, Deputado, caso seja necessário, de intermediar e que seja uma forma encontrada que não vá prejudicar a população, nós não podemos ter duas portas de entrada na saúde pública, uma para rico e outra para pobre, nós só temos que ter uma porta de entrada.

Eu sempre digo uma coisa, você quer acabar com a saúde suplementar e valorizar o SUS? Como nós somos legislados muitas vezes por decreto-lei, por que a Presidente da República não põe um decreto: todo e qualquer servidor que ocupe um cargo público de gestor ou qualquer outra coisa ele é obrigado a ser atendido pelo SUS. Meu amigo esta saúde pública vai ser uma maravilha. Porque é muito fácil quando eu estou doente eu corro para o Alberto Einstein, eu corro para o Sírio Libanês. Isso nós não podemos aceitar, uma medicina para rico, outra medicina para pobre e eu vou sempre defender.

Graças a Deus eu tenho condição de pagar a saúde suplementar, mas eu quisera não poder pagar. Eu estava recentemente na Espanha onde estavam sendo discutidos os planos de saúde, a gestão, o presidente da Galícia disse o seguinte: "cada 100 euros arrecadados, 48 euros vão para a saúde pública". Todo o pessoal procura a saúde pública, só que o atendimento é um atendimento digno. Não é um atendimento que diz que está escrito na lei onde eu tenho, que todas as mulheres têm o direito de na sala de pré-parto ter um acompanhante, mas, Deputado, não criam condições de ter um acompanhante lá, porque é um espaço exíguo do qual eu vou ver a minha mulher sendo examinada e vou ver outras mulheres sendo examinadas.

Então, lamentavelmente, esse país é o país criador das leis, mas, não se cria leis que tragam o resultado daqueles menos desfavorecidos, que é a sociedade brasileira. Eu fico muito emocionado quando eu vejo o Hino de Rondônia, nós, os Bandeirantes de Rondônia, eu me sinto um Bandeirante eu sou

rondoniense, aqui nasci, aqui estou vivendo, há 37 anos que eu sou médico, e aqui vou continuar.

Portanto, Dr. Orlando Ramires, tenho certeza que o senhor é um homem sensível, e tem que ser conversado, um monólogo não vai levar a nada e nós não podemos jamais, jamais afastar os doadores de sangue que é de fundamental importância para salvar uma vida, e que se eu for doador e quando eu chegar ao hospital: olha, o senhor vai ter que pagar esses insumos. Eu vou me sentir ultrajado, estuprado e eu não posso aceitar isso.

Portanto, tenho a convicção que o Governador do Estado de Rondônia, Dr. Confúcio Moura, médico, se eu não me engano também proprietário de hospital particular, ele vai se sensibilizar com isso. E consequentemente, vamos arranjar uma forma que se resolva da melhor maneira possível. Uma forma pacífica, uma forma ordeira, uma forma que se beneficie esta população carente, esta população que está desprotegida.

Quero dizer que o Presidente do Conselho Federal de Medicina, quando eu expliquei para ele que eu teria que ficar aqui hoje, ele de imediato, Dr. Paulo Vital Tavares Correia Lima, ele disse, pode ficar no Estado e defenda a população. Então eu estou aqui, senhores Deputados, para defender a população, e como tal eu vou fazer. E tenho a convicção que todos estão aqui, sem exceção, imbuídos desses propósitos, e com certeza, o Dr. Ramires também vai se convencer, vamos ter que rever essa cobrança e, trazer coisas melhores a todos vocês. Muito obrigado. E me coloco à disposição, não só em Rondônia como eu sou filho daqui como também em Brasília no Conselho Federal de Medicina que eu tanto me orgulho de defender, porque eu saio daqui como mero desconhecido, e hoje, eu não sou coadjuvante em Brasília, eu sou protagonista. Muito obrigado.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Obrigado Doutor Hiran. Queremos registrar a presença do Doutor Jorge Skobot que faz parte da FHEMERON do Estado de Rondônia. Eu fiz aqui os cálculos, só como exemplo, suponhamos que nós temos pacientes com uma púrpura trombocitopenica, tem uma plaqueta menor de 10.000 metros cúbicos, então precisamos transfundir uma unidade de plaquetas é transfundida a cada 10 quilos, a indicação é uma unidade de plaqueta a cada 10 quilos. Vamos supor que um paciente de 70 quilos, é um exemplo, uma unidade de plaquetas hoje custa R\$ 1.891,94 é a tabela que me passaram do FHEMERON, então multiplicado por sete vai dar R\$ 13.243,58. Isso é só um exemplo.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Não poderia deixar para o Dr. Orlando usar a palavra e já explicar essa situação, depois discutimos?

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Quer explicar? O Dr. Orlando vai nos explicar essa parte. Mas é só um exemplo. Podemos citar outro exemplo que tenha unidade concentrada de hemácias que é R\$ 428,78. Existem grandes cirurgias que precisam até mais de duas unidades. Então a intenção nossa aqui é tentar dar uma resolução, ou, postergar essa cobrança ou entrarmos em comum acordo como foi dito aqui pelo Dr. Hiran Gallo. Eu acho que faltou um pouco de diálogo e um pouco da mídia do FHEMERON de comunicar a toda população,

por que os doadores, realmente, quando eles ficaram sabendo dessa situação, que são doadores que doam por amor, para tentar ajudar outras vidas, quando souberam disso eu acredito que tenham até diminuído a transfusão, não? Mas muitos deles estão um pouco indignados. Então vamos tentar dar uma resolução. Eu quero passar a palavra agora ao Dr. Orlando José Ramires, Presidente da FHEMERON. Fique à vontade.

O SR. ORLANDO JOSÉ RAMIRES – Como Presidente da Comissão, em nome do qual cumprimento os outros membros da Mesa. Estou vendo meu amigo Deputado, que se faz presente aqui também, companheiro de muitos anos. O Hiran nem se fala. Mais os outros companheiros da Mesa, o Viriato. Eu não gosto muito de citar, porque citar é omitir, a gente cita e acaba esquecendo o nome de alguém.

Tem algumas observações que eu queria fazer com relação a esse assunto que não é polêmico. O assunto não é polêmico, tem uma lei. O que é polêmico é aquilo que não tem lei para regulamentar. Agora criou-se uma polêmica, criou-se realmente uma polêmica em cima.

Primeiro. Os bancos de sangue estaduais são construídos, feitos, elaborados para atender o SUS e a lei diz que em havendo excedente poderá através de ressarcimento fornecer a iniciativa privada. As iniciativas privadas, todas, elas têm o direito de fazerem, os seus bancos de sangue como tem em vários lugares no Brasil. Então não existe. Aí o vereador de Ariquemes, o Amalec, que realmente ele começou praticamente a suscitar essa situação. Eu também não concordo, não acho que seja nocivo, no momento em que não se tem conhecimento e não se fala alguma coisa, o certo mesmo é depois a gente vê o que é a verdade nisso. Bom, por que nós não tivemos essa divulgação, Presidente tão assim ostensiva? Nós começamos as nossas primeiras reuniões no ano de 2013, tivemos reunião com Atas para, inclusive, houve um pedido para que a gente não começasse o ressarcimento em 2013 para que as suas devidas clínicas se preparassem para fazer o ressarcimento. Passamos para 2013, 2014 de janeiro? Não. Março de 2015. Então quer dizer, houve tempo. Agora nós não tínhamos quem eram as pessoas que eu teria que discutir? Eu não precisava discutir com o doador, porque o doador não vai, doador não paga. Eu não precisava discutir com o SUS porque também o banco de sangue é feito para o SUS. Vocês podem reparar com o nosso Plenário aqui não tem ninguém, só tem dono de clínica privada, são as pessoas realmente que estão interessadas no problema. E eu não tiro a razão. Se houve algum acordo. Primeiro, a Tabela da CBHPM que nós estamos cobrando e que o Hiran colocou que ela está *sub judice* foi a tabela que foram pedir para eu usar porque ela é compatível na hora, aquele componente que tem na bolsa de sangue, quer dizer, uma bolsa de sangue tem o quê? Concentrado de hemácia, lá tem concentrado de hemácia para o ressarcimento feito pelo plano de saúde. Olha, bem pessoal nós temos que colocar bem claro as coisas. Eu acho que tem que ter.

Hiran, você falou muito bem, não pode ter monólogo. Mas nós estamos conversando desde 2013. Segunda coisa, não está diminuindo o número de doadores, nós tivemos até por incrível que pareça, vereador Amalec, depois daquele seu pronunciamento parece que teve um alerta e até houve um

aumento, nós estamos continuando tendo lá nossas 3.500, 4.000 doações/mês normal, não houve, entendeu. Agora, nós temos que, como é que funciona. Então a tabela foi essa que foi pedida.

Houve um mal entendido, Hiran, na época que até o Viriato participou bastante disso, uma reunião que teve com o Governador teria sido dito que era para dar uma prorrogação por 60 dias para o pagamento, entendeu? Foi dada a prorrogação para 60 dias. Não, eu passei para 90 dias para o primeiro boleto, 90 dias o segundo boleto e 45 dias o seguinte, os outros boletos.

A conversa aqui depois que o Viriato teria me dito é que houve um pedido de cancelamento do boleto. Bom, eu não ouvi isso em momento nenhum, não ouvi em momento nenhum, e se houver determinação realmente para cancelar por 60 dias o primeiro boleto, é lógico que ele será cancelado. Agora, foi emitido, tem uma série de coisas.

Com relação ao problema do nome do paciente que vai receber o sangue, entendeu, eu acho que quem tem que ter é a própria clínica, mas também seria só, olha bem, paciente SUS, paciente que está internado, tem caso aqui interessante, é o caso, por exemplo do Panamericano, que ele tem UTIs credenciadas pelo SUS.

Então, basta, como todos estão fazendo, apresenta a Guia da AIH na requisição do sangue, aquele formulário da AIH ele vai para a contabilidade SUS. Então, as coisas não são assim tão complicadas, a minha preocupação realmente, é realmente a preocupação que todo mundo acha também e todo mundo tem, somos unânimes, muito embora a unanimidade seja burra, nós somos unânimes que nós temos que nos preocuparmos com os doadores e não está tendo problema com o doador, não estamos tendo problemas com doador. O que eu não sei até que ponto, Presidente, nós estaríamos aqui para ficar discutindo tabela, vai cobrar assim, vai cobrar assado, tabela tal, vamos utilizar. Eu não sei se isso, a minha intenção, a minha ideia era que a sua preocupação que o senhor demonstrou. O Deputado Só Na Bença também, o deputado Alex Redano, não é o Testoni, pessoal, é o Redano, ele sempre, é a preocupação dele foi realmente com os doadores, na hora que aconteceu um negócio em Ariquemes, ele logo entrou em contato comigo, com o George, para ver o que a gente podia fazer e nós demos as explicações e nós estamos verificando, eu acompanho diuturnamente esse problema, Hiran, esse problema de se estar diminuindo ou não o número de doadores. Então, quer dizer, esse é mais ou menos uma parte da explicação, eu fiz uma anotação, mas eu também nem leio direito esse negócio aqui, deixa eu vê. Ah! Está. Aquela explicação que eu estava devendo para o senhor eputado Presidente, nós temos duas maneiras de fazer coleta de plaquetas, uma maneira de fazer coleta é através da centrifugação, a centrifugação pela centrífuga refrigerada. Então, nós temos uma quantidade de plaqueta naquela bolsa, quando a gente faz a coleta através de máquina de aférese, o que é que é uma máquina de aférese? É onde o doador senta na cadeira o sangue circula pela máquina, fica tão somente os componentes que nós precisamos, que são as plaquetas, principalmente, plaquetas O (negativas)

como a do Deputado Só Na Bença, que está devendo até uma visita, é O (negativo).

Então, viu Deputado, por isso que há essa diferença muito grande entre uma bolsa de sangue está colhida através de aférese corresponde em torno de oito bolsas de plaquetas colhidas através de centrifugação. Eu não sei, eu acho que eu não fui suficiente, provavelmente surgirão outras perguntas, mas eu entendo que a palavra negociar, é uma palavra meio pesada, ninguém está negociando sangue, o banco de sangue não negocia sangue, a única coisa que nós fazemos é o que o Brasil inteiro faz é que pedir o ressarcimento e na verdade, alguns Estados nem usam tabelas tais, calcula-se os custos de insumos e repassa. Paciente não vai pagar por bolsa de sangue, é errado dizer isso, os pacientes do SUS são entregues as bolsas gratuitamente, normalmente, as bolsas passadas para as clínicas serão cobradas ao Plano de Saúde, não sei se poderia responder uma pergunta.

O SR. ALEX REDANO – Presidente, faço uma colocação, foi bem esclarecedor o Dr. Orlando, o Dr. George também, tive a oportunidade de ter vários esclarecimentos, mas faço uma colocação em relação ao público presente. Foram convidadas as pessoas que realmente vão debater o assunto, mas tenho certeza absoluta, principalmente, pelo que vimos nas redes sociais, que as pessoas nas redes sociais falam o que elas pensam. Você pode fazer uma pesquisa, uma consulta com a população se eles acham justo essa cobrança é até incrível falar em 100%, mas eu acredito 98, 99% vão achar que sim, que não deve ser cobrado e eu me esforço, Dr. Orlando. Assim, talvez eu tenha alguma dificuldade de interpretação, eu sempre vejo no final o paciente pagando essa despesa, não sei se eu estou equivocado, mas vou prestar muita atenção nas falas dos senhores, mas sempre no final eu vejo o hospital particular repassando esse custo para o usuário. Mas, de repente, estou equivocado, mas vou me concentrar aqui porque a minha maior preocupação é essa também, porque queira ou não, nós estamos em recessão, temos dificuldades, se o SUS tivesse um serviço que abrangesse todas as pessoas, tudo bem, mas nós sabemos que muitos usuários da saúde particular, vão para o particular por que não encontram um atendimento na saúde pública.

Então eu me preocupo com a reação das pessoas quando começar a pesar no bolso, a não ser que os hospitais particulares vão arcar com essa despesa que também é complexa porque eles pagam o imposto, é uma empresa particular, não são entidades filantrópicas. Então eu acho um assunto um pouco polêmico nesse sentido, nesse sentido. Nós sabedores da Lei Federal, mas nós temos que discutir também a nossa realidade, Rondônia. Obrigado, senhor Presidente.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Senhor deputado Dr. Neidson que preside esta Audiência Pública, para informar às senhoras e aos senhores, caso queiram, e inclusive pedir para alguém acompanhar esta Audiência Pública, ela está sendo retransmitida ao vivo para todo o mundo, obviamente, através do site da Assembleia Legislativa www.al.ro.gov.br, tablet, celular, notebook, caso queiram, inclusive os senhores médicos, caso queiram alertar as suas assessorias, podem

ligar: “olha, me acompanha aí porque eu estou aqui na Assembleia”.

“Excelentíssimo Senhor Deputado Dr. Neidson, agradeço o convite referente à Audiência Pública para debater sobre o fornecimento de hemocomponentes e hemoderivados em clínicas e hospitais localizados no Estado de Rondônia. Parabenizo a iniciativa e aproveito a oportunidade para reiterar votos de pleno êxito e sucesso do evento. Impossibilidade de participação tendo em vista outros compromissos assumidos nesta Superintendência. Banco do Brasil. Superintendência de Negócios e Varejo e Governo Rondônia. Pio Gomes de Oliveira – Superintendente.”

E também: “Acuso recebimento do convite para participar da Audiência Pública sobre o fornecimento de hemocomponentes e hemoderivados em clínicas e hospitais localizados no Estado de Rondônia, a realizar-se no dia 29 de junho de 2015. Peço a Vossa Excelência as minhas escusas por não poder comparecer à solenidade por motivos de compromissos já agendados anteriormente. Atenciosamente, José Euler Potyguara Pereira de Melo – Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.”

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Obrigado, Lenilson. Esclarecendo, a pessoas que estão aqui são as afetadas também, mas foram enviados convites para a SEFIN, SESA, PGE, SUPEL, SEAS, todos os órgãos do governo para que se fizessem presentes também. Mas a cobrança dos insumos é realizada nos hospitais da rede privada. Então, são as pessoas que estão realmente interessadas.

Nós temos também, Dr. Orlando, algumas indagações, algumas perguntas, preocupações também sobre essa cobrança. Eu, pessoalmente, já vi, só chega o boleto sem a especificação: quais os pacientes que receberam. Que hemocomponente foi recebido por cada paciente. Quantos cada paciente recebeu.

Então, só vem o valor total sem as especificações. Eu acredito que o FHEMERON pode também realizar essas especificações também para dar até uma explicação melhor para a rede privada de saúde.

Agora eu gostaria de passar a palavra ao Dr. Viriato Moura, representante do Sindicato dos Hospitais.

O SR. VIRIATO MOURA – Excelentíssimo senhor Dr. Neidson, Deputado, em nome do qual cumprimento todos os presentes da Mesa. Gostaria de no primeiro momento, elogiar esta Casa de Leis, elogiar em particular esta Comissão, que realiza um trabalho, não só neste momento, mas conheço o trabalho realizado há longo tempo pela citada Comissão.

Estão todos de parabéns. Parabenizo também, em particular, o deputado Alex, que empreendeu, que trouxe esse assunto à baila, de uma forma mais determinada. E quero dizer, e não poderia deixar de citar o vereador de Ariquemes, Amalec, que, tomara. Vereador, que todos os vereadores de Ariquemes, quicá do Brasil fosse como vossa excelência, que de maneira clara, que só não entende quem não quer entender, por motivos escusos, o que vossa excelência disse.

O Dr. Orlando Ramires, Presidente da Fundação, da FHEMERON, disse aqui que o assunto não é polêmico e que

nós, não foi ele, nós que o transformamos em um assunto polêmico. Senhoras e senhores, o que é que é isso? O que é que é isso? Afinal de contas, nós estamos tratando de um tecido vivo, cujo nome é sangue, que é sinônimo de vida. E isso surgiu, não foi por conta...

Desculpem, eu gostaria de cumprimentar também os representantes da UNIMED e os demais companheiros do Sindicato dos hospitais e os presentes na galeria, desculpe ter cortado.

Então volto ao assunto, dizendo o seguinte, que desde o início, claro nós conversamos sobre o assunto, nós sabemos, somos conhecedores de que existe uma lei, existem tantas leis neste país que não se cumprem, existem coisas obrigatórias, impositivas e coisas que precisam ser cumpridas obedecendo certas lógicas, certos procedimentos. Nós começamos essa conversa há longo tempo, e ficou sempre a pendência de sermos chamados com antecedência para quê? Pelo que já disseram aqui, esclarecer a população que a partir de determinada data haveria essa cobrança. Nós do Sindicato dos Hospitais nos propomos a colaborar e eu já fiz vários artigos sobre isso na mídia local e falei nas rádios e canais de televisão que estamos dispostos a isso, sim.

Lamentavelmente, nós que seguramos essa pressão quando recebemos, quando não esperávamos, os boletos que diz o seguinte: "pagamento com ressarcimento de fornecimento de hemoderivados", só. Quem vai pagar uma conta dessas, senhoras e senhores? Quem vai pagar? E partir de uma instituição pública, não estou me referindo especificamente a FHEMERON, mas instituições públicas desse Brasil. Quem vai pagar isso? No mais, mas, a despeito disso tentamos todas as formas diálogo, não foi possível, e aí optei por uma saída digamos assim política, eu não ia citar o nome do Governador, porque o que eu vou dizer chega a ser constrangedor para a imagem do Chefe do Executivo, senhoras e senhores. Marquei, fui recebido com mais sete, oito companheiros, inclusive, o Presidente da UNIMED, no Palácio Getúlio Vargas, e lá esclarecemos que nós estávamos lá para pedir que ele desconsiderasse ou determinasse a desconsideração daqueles boletos que, aliás, foram aferidos erroneamente.

Eu provo tudo que eu estou dizendo aqui, eu provo tudo que eu estou dizendo aqui, foram aferidos erroneamente, a maior, é claro, e pedimos também que o Governador intercedesse não, determinasse, ele é Chefe do Executivo ou manda, ou não manda, e quando o poder é exercido com competência, tem que mandar mesmo. Então, ele simplesmente disse que nós estávamos certos, que é isso aí e determinou para um senhor assessor dele, de nome Basílio, senhores Deputados, nos acompanhasse, não, minto, exatamente, nos acompanhasse porque ele fez parte da reunião até a FHEMERON, ele marcou uma reunião e lá estivemos. Cheguei à reunião cinco minutos atrasado, e o Dr. Orlando dizia: - não, está tudo resolvido, vamos chegar a um consenso. Isso eu achava que estava. No final da reunião quando eu: "falei bom, então vamos por parte, desconsideramos o boleto...". Eu nem acabei a frase, eu nem acabei a frase, ele deu um pulo, duvido que ele diga que é mentira, porque eu já o desafiei para um debate onde ele quisesse, porque o povo de Rondônia e do Brasil e de qualquer parte do mundo no regime democrático tem que saber

da verdade e precisamos confrontar ideias sim, por que isso é democracia, o exercício do contraditório, ele disse que não, que não era assunto para ser tratado em público, aliás, disse isso pela rádio.

Então, senhoras e senhores, naquele momento, nós estávamos cientes. Aí ele disse que não, aí eu disse: "pelo amor de Deus o que é isso?". O Governador disse isso e ele não disse mais, eu e meus companheiros somos mentirosos? Estamos tentando passar uma informação para confundir? Que ingenuidade seria essa nossa por falta de caráter mais precisamente, aí naturalmente reagimos com veemência e daí para lá, para cá, o que eu recebi foi um telefonema do Hospital Marechal Rondon de Ji-Paraná, dizendo que o colega havia falado com o Dr. Orlando, e ele disse quem ia decidir era o Governador, que ele não queria mais conversa conosco, se é mentira é dele, não acredito que seja.

Bom eu não queria contar essa história, nem meter o Governador no meio, mais senhoras e senhores, senhores Deputados, quem poderia ser o melhor interlocutor senão o Governador do Estado que é médico e tem um hospital? Quem para nos entender? Ninguém absolutamente ninguém nesse mundo. E aí foi o Dr. Orlando lá e disse que a conversa é a mesma, ele não deu, ele não disse que ia desconsiderar boleto algum e que apenas daria sessenta dias, e os sessenta dias, nós pedimos para a campanha de esclarecimento, a campanha de esclarecimento ao público que está dando todo esse problema aqui, aos doadores em particular.

Bom pelo o que já foi dito aqui, aliás, o Vereador foi questionado pelo próprio Dr. Orlando, e eu estou com o Vereador porque a verdade está com o senhor, o que o Dr. Orlando diz, é sempre a mesma coisa: "que é Lei, e eu tenho que cumprir a Lei". Ora se cumprir a Lei, prevaricou, porque a Lei tem quatorze anos senhoras e senhores, porque que só agora, agora vão cobrar de qualquer jeito. Existe um negócio que todo Senador deveria saber, existe o Código de Defesa do Consumidor, quem paga tem que saber o que está pagando, agora você recebe um boleto desses num valor expressivo, valor de trinta, quarenta, sessenta mil reais, houve quem recebesse sessenta mil reais, inclusive, teria que dar um banho de sangue em todos os pacientes. Outra coisa, vão dizer que o paciente não vai pagar, não vai sair do bolso dele é brincadeira, basta dizer aqui está, tudo que eu estou dizendo aberto para os senhores Deputados, para o público aqui presente, para fazer, para fazer a reserva, vocês sabiam que tinha reserva? Reserva de sangue, sabe quanto custa? Sabe quanto custa senhoras e senhores? Noventa reais e setenta e um centavos, noventa reais e setenta e um centavos.

O SR. FABIANO VILELA BARROS – Será que está tendo a cobrança no caso aí, olha! Ele está cobrando noventa reais para você, a reserva, numa simples ligação está tendo insumos.

O SR. VIRIATO MOURA – Aí está. E outra coisa, se está, se está no documento enviado que o serviço também está sendo pago, são funcionários públicos ou não são? Obviamente que são. Que negócio é esse rapaz, quem vai entender uma coisa dessas? Outra coisa: existe uma Lei? Existe, mas o Deputado já falou aqui e me parece que outros também. Mas se nós

fomos analisar, essa Lei tem todas as características de inconstitucionalidade, porque o artigo 196 da Constituição Federal, diz o quê? Todo mundo quase sabe, saúde é um dever do Estado e o direito do cidadão. Quer dizer que sangue é o que então meu amigo? Sangue é o quê? E outra coisa, quando diz e reitera, do SUS ninguém paga. Todos nós temos o direito ao Sistema Único de Saúde, dizer que nós não temos direito ao Sistema Único de Saúde é retirar a coisa mais preciosa que o cidadão honrado tem; sua cidadania. Ora, vamos considerar, vamos parar essas conversas tentando confundir, porque vivemos um novo tempo, vivemos um tempo que as pessoas estão mais esclarecidas, nós temos que dar sim satisfações às pessoas, este é o Poder Executivo, esse é o Legislativo, está fazendo a sua parte, com muita propriedade. Agora ainda tem mais, além disso, vocês sabiam? Bom, não sabiam e talvez nem acreditem, mas aqui esta, senhoras e senhores, uma ameaça dizendo o seguinte: pode-se atender as demandas das unidades particulares... Agora vai o susto, apenas uma única vez. As demais solicitações ficam condicionadas a assinatura de contrato ou convênio, tradução: pagamento. Ora, ora, senhores Deputados vamos tomar providências por que isso aqui que está acontecendo não é uma coisa que não é polêmica, isso é vergonhoso. E eu moro aqui nesta terra a minha vida toda, sou médico a 40 anos de atividade, são 40 anos, não são 40 meses, sei da história da medicina daqui, inclusive, escrevi um livro sobre isso e sei quem é quem aqui nesse Estado. E certas pessoas precisam ser respeitadas mais do que isso, eu quero até deixar uma coisa muito clara aqui, eu não quero, não vim pedir nenhum, companheiro meu do Sindicato e se pedisse eu não aceitaria, pedir para que a decisão seja em favor do Sindicato, tão pouco, evidentemente em favor da FHEMERON, ou seja, do Governo de Rondônia. Não quero da minha parte e deles, já os consultei antes de vir aqui, não quero favorecimento algum. Nós estamos aqui senhoras e senhores, Deputados, convidados, para defender os interesses do povo de Rondônia. Faço aqui uma citação, aliás, saiu na revista VEJA, do Fedro, do Século I da Era Cristã que dizia: “Enquanto os poderosos discutem, os humildes sofrem”, e nós não vamos deixar.

Eu como cidadão, o meu poder é o poder constitucional de cidadão, sou fundador deste sindicato que ora represento e dos demais sindicatos patronais, e posso lhes dizer; levarei as últimas instâncias, se o meu grito não for suficiente peço a manifestação explícita de todo cidadão de bem desta cidade, e deste Estado. Os Deputados já estão fazendo a sua parte, vamos fazer a nossa e não só nesse contexto, mas em tudo que está errado, que está atingindo nossa gente. Se nós ficarmos sentados nas esquinas da vida reclamando, com medo, medo de quê? Medo de quê? Pode ser quem for. Um homem que tem, quando eu digo homem, um ser humano as mulheres, agora cada vez mais se mostram cada vez mais brilhantes estão aí vamos reagir como cidadão a cada questão e pedir a esta Casa de Leis que toda vez que haja um impasse como esse, mesmo que não seja atinente a nossa atividade, haja um evento como este que é o caminho. Por isso para não me delongar mais e posso lhes dizer que tudo que eu aqui disse, eu tenho documentos, documentos que foram me dados como

se diz numa linguagem popular, de bandeja, para dizer o que eu disse aqui. Ameaçar? Que tempo é esse? Os regimes ditatoriais caíram um a um e devem cair também aqueles resquícios que ainda pairam em mentes por aí.

Então senhoras e senhores repito, para não me alongar mais quero dizer que continuarei aí atento para fazer perguntas e questionamentos se forem necessários e responder com documentos tudo que eu disse. Peço encarecidamente e nem preciso fazê-lo pelo que vi esta Casa de Leis dá um exemplo digno de ser seguido, senhores Deputados, particularmente vossas excelências que fazem parte dessa Comissão merecem a reverência do povo de Rondônia.

Vamos continuar unidos não só nesta causa, que é justa, mas em todas as demais. E pessoalmente como representante da tradição desse Estado como eu disse estou aqui a vida inteira, famílias de médicos, o Hiran é meu irmão, o Dr. José Adelino já falecido, Dr. Paulo Gondim, Dr. Gondim que fundou o Conselho Regional de Medicina estaremos unidos, não só nessa, repito, em todas as causas que precisarem da nossa participação. Muito obrigado pela atenção, obrigado a todos também.

O SR. NEIDSON (Presidente) – Obrigado Dr. Viriato. Parabéns pela explanação também. Nós temos também outro questionamento quem são as pessoas que financiam o Sistema Único de Saúde? Somos todos nós através dos impostos que pagamos, ou seja, existem 3 princípios do Sistema Único de Saúde, que são a igualdade, equidade e a universalidade. Temos que ser tratados todos por igual, e dessa forma com cobrança não há um tratamento por igual, todos nós somos usuários do SUS. Tendo um convênio ou não todos temos o direito; todos nós somos pagadores de impostos e financiadores de todos os programas do Governo, tanto federal, estadual ou municipal. Então nós temos aqui, com a palavra o Sr. Fabiano Vilela que pediu também aparte.

O SR. FABIANO VILELA – Boa tarde, eu estive interrompendo, desculpe por interromper na hora que ele estava falando aí, meu nome é Fabiano eu sou Diretor Administrativo da Clínica da Criança de Ariquemes e esposo da Dra. Luciane Berti. Nós por sermos de Ariquemes e sermos uma Clínica particular com convênio com o SUS, com o Estado de Rondônia nós não deveríamos ter recebido esse boleto de cobrança, por que todos os pacientes que nós atendemos com o sangue ou hemoderivados é para a rede pública de saúde, SUS, ou seja, recebemos o boleto, só que esse boleto veio errado, deveria ser acompanhado por uma nota fiscal por eu sou uma empresa, e uma empresa precisa de nota fiscal para repor o seu imposto pago mensal, ou seja, isso não foi feito por parte da FHEMERON, um erro mais ainda, mandar com datas retroativas por que quê num foi cobrado antes? A mesma questão, não nos importamos de pagar pelo sangue, pelo insumo gasto, mas, desde que venha acompanhado de nota fiscal eu sou uma empresa, e a empresa minha precisa pagar impostos. E para eu retribuir esses impostos gastos que eu pago, eu preciso de nota para justificar isso, isso aqui é comercialização, isso aqui para mim e para nós é comercialização, não adianta a FHEMERON falar que não é, mas é.

É lamentável eles mandarem uma conta sendo que não tem fundamento, não tem base dessa cobrança, eu uso de 20 a 30 ml de sangue num neonato, ou seja, 430 ml dessa bolsa dizem que é desprezado no lixo, coitado do doador então que está doando o sangue e está sendo jogado ralo abaixo, que eu duvido muito que isso aconteça, que deve ser repassado para outras pessoas, com certeza, e ele disse que não. A equipe técnica da FHEMERON disse que é jogado no ralo, eu duvido, por que eu gasto de 20 a 30 ml e pago por uma bolsa inteira. Ou seja, chega para mim lá 30, 20 ml e o restante da bolsa será que está sendo repassada para outra entidade? Essa é a minha pergunta. Não é a questão de não cobrar, pode até ser cobrado, mas desde que venha com Nota Fiscal porque nós todos de unidades particulares, somos empresa e precisamos repor nossos impostos. Somente isso que eu tenho para dizer.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Sr. deputado Dr. Neidson, registramos a presença do deputado Edson Martins que está aqui conosco também.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Vice-Presidente desta Casa de Leis, o deputado Edson Martins. A Constituição Federal assegura, a partir do seu artigo 196, que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado, e no artigo 199 também, Parágrafo 4º, “a lei disporá sobre condições e os requisitos que facilitam a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, sendo vedado todo tipo de comercialização”. Mas a lei também diz mais a frente que pode ser cobrado os insumos. Eu acho que um parágrafo se contradiz com o outro juntamente. Vamos ver com a bancada federal também, mas vamos tentar entrar em comum acordo nesta Audiência para que não saíamos daqui sem resposta para a população. Com a palavra agora o deputado Adelino Follador.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Boa tarde a todos. Cumprimos o Presidente da Comissão Dr. Neidson, parabenizar juntamente com o deputado Alex Redano e também o deputado Só na Bença, Deputados que fazem parte da Comissão de Saúde, parabenizar pelo trabalho que vêm fazendo. Cumprimos a mesa, meu amigo vereador Amalec, de Ariquemes, Hiran Gallo e todos representantes daqui, para nós é um prazer estar aqui.

Mas com certeza eu recebi como todo cidadão, Dr. Orlando, nós recebemos com susto essa cobrança do SUS seja dos insumos, como está sendo citado por que ninguém nunca imaginava que isso ia acontecer já que em 2001, não sei por que começou a cobrar agora, tem se falado que teve um documento do Ministério Público, mas até hoje, inclusive, nós pedimos ao Dr. Jorge que ele trouxesse, ele falou que não trouxe e não teria acesso a isso, que a Procuradoria deveria ter, mas, até agora não foi, naquele dia na Comissão de Saúde nós questionamos isso e até hoje não vi ninguém, eu não tive acesso a isso, ver se o Ministério Público questionou essa lei que no caso não tinha sido, não estava sendo cobrado. Como sabemos que o SUS é universal e como também aquela Comissão de Saúde, quando foi questionada também com a presença do Dr. Jorge nós também procuramos saber se há possibilidade de fazer um cadastro dos pacientes que vão para o particular, ver se eles têm condições de pagar ou não, se são pessoas carentes

que estão indo. Porque eu conheço pessoas que, por exemplo, se acidentaram, uma pessoa se acidentou a semana passada e foi no particular, ele pegou um cheque da mãe, do tio, do irmão para poder juntar o dinheiro para ir fazer a cirurgia porque ele veio para Porto Velho e não conseguiu fazer a cirurgia dele e voltou para Ariquemes. E essa pessoa é carente, Dr. Orlando, não é pessoa que tem condições, ele foi por que foi obrigado sob pena dele ficar com dificuldade depois para fazer essa cirurgia e demoraria muito e não poderia esperar por que ia inchar. Então tem muitas pessoas que não tem condições de pagar, eu acho que nós tínhamos que conversar; fazer uma comissão, deputado Dr. Neidson, deputado Alex, de repente composta, nós temos aqui Dr. Hiran Gallo que eu conheço há muitos anos, há 35 anos, eu conheço a história, conhece a legalidade já que faz parte do Conselho, eu sempre assisto a TV Candelária os debates e sou seu fã pelo seu conhecimento de saúde e hoje tão bem representar os médicos aqui de Rondônia lá no Conselho em Brasília, para nós é um prazer, de repente fazer uma comissão, nós temos aqui o Dr. Viriato que representa o sindicato que é uma pessoa que eu conheço há muitos anos, então é só compor junto com os Deputados e tentar fazer um trabalho administrativamente para poder evitar, suspender, eu acho que tem que suspender e depois vamos estudar se tiver algum questionamento por parte do Ministério Público ou por parte da Justiça vamos fazer a defesa nesse sentido, nós não podemos continuar, criou muita polêmica. Se há suspeita que os hospitais particulares estão cobrando e não estão repassando que seja comprovado isso, então qualquer irregularidade que seja controlado, que tenha um controle, mas eu tenho certeza que o Estado só perde em cobrar esses insumos, temos recursos públicos para serem gastos com as pessoas e eu tenho certeza que esse recurso que vai arrecadar aqui não vai trazer nenhuma vantagem para o cidadão, esse recurso arrecadando através não é suficiente para fazer nada de especial e além disso você tirar do cidadão porque não tem como admitir que os hospitais vão pagar isso, nós sabemos que toda despesa tem que ser repassado ao paciente, então temos certeza que quem vai pagar serão as pessoas e nós sabemos que o SUS é universal, todas as pessoas tem direito ao SUS. Então, o cadastramento, quem tiver plano de saúde, se o plano de saúde pagar, então o plano de saúde que repasse ao Estado então esse recurso, façam uma justificativa. Mas não podemos onerar mais ainda o cidadão, nós sabemos a dificuldade que tem. Então, quero deixar aqui, parabenizar todas as pessoas que vieram, o Presidente da Comissão, o deputado Alex, que propôs, eu recebi uns dois dias antes essa, eu até tinha ligado para o Dr. Orlando para falar com ele sobre isso, mas aí houve a provocação pelo Vereador Amalec, pela repercussão que houve e o Deputado Alex, veio para a tribuna inclusive, eu apartei na época e achamos que mesmo que fosse cobrado, teria que ter feito uma Audiência Pública, teria que ter chamado os hospitais, chamado o cidadão, discutido e depois tomado alguma decisão, não da maneira que foi feito, nós achamos que foi feito e atropelou. E nós temos certeza que isso não foi bom para o Estado, mesmo não deixando as pessoas doarem, mas com certeza no futuro vai ter prejuízo. Obrigado.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Obrigado Deputado Adelino. Quero passar a palavra aqui ao deputado Alex Redano.

O SR. ALEX REDANO – Só um aparte no debate, até pedir deputado Adelino, que viesse aqui o Secretário Geral, Manvailer e também o Ceccato do jurídico. Passou uma ideia pela cabeça, mas temos que ver o jurídico, a ideia é um Projeto de Lei, de iniciativa da Assembleia ou pode ser do Governo do Estado também. Sabemos que é a Lei Federal que rege sobre o SUS é superior, nós não podemos ir contra a Lei Federal. Mas também, nós podemos alegar, Manvailer, a questão da cobrança, pedir a suspensão dos pagamentos até que seja feito a regularização da cobrança. Então, fazer o Projeto ou uma indicação, ou uma comissão para vir nesse sentido, porque não adianta nós fazermos um Projeto de Lei, em cima da Lei que vai ser vetado por inconstitucionalidade. Mas podemos destacar elencar a questão da cobrança, que seja feita a suspensão na cobrança até a regularização dos moldes, como parece que não tem nota fiscal, a questão da cobrança pela reserva, então essa é uma ideia, para que nós tenhamos um resultado positivo da Audiência Pública e já saíssemos daqui com algo concreto, com uma proposta a fazer ao Executivo. E uma dificuldade também que não foi dita aqui na Audiência ainda é a maneira como aconteceu com alguns hospitais, por exemplo, Cacoal, Cacoal a imprensa denegriu muito a imagem por quê? A população saiu: “Olha! O hospital está cobrando agora as bolsas de sangue”. E na verdade estava sendo repassado. Então, essa mídia negativa que teve em alguns hospitais, Viriato, no caso de Cacoal, é difícil essa reversão só elencar mais esse assunto. Então, a ideia é essa, Deputado Adelino, os Deputados, senhores, ou uma comissão, como o Deputado Adelino propôs para conversar com o Governador ou um Projeto de Lei, pedindo a suspensão da cobrança devido a irregularidades no método da cobrança ou uma indicação em conjunto dos Deputados da Assembleia, indicação coletiva com todos amanhã.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Presidente, eu posso fazer duas perguntas ao Dr. Orlando? Primeiro quanto à estimativa Dr. Orlando. Dr. Orlando, qual a estimativa, o senhor tem a ideia de quanto vai arrecadar por mês nesses insumos? E a outra, o senhor tem esse documento do Ministério Público, houve uma convocação ou não do Ministério Público para que fosse cobrado? E tem esse documento, já pode disponibilizar?

O SR. ORLANDO JOSÉ RAMIRES – Deputado, em primeiro lugar, eu queria agradecer pela sua palavra, voltando até um pouquinho atrás, antes de respondê-lo. Eu acho muito interessante que essa Comissão que o senhor propôs seja criada por esta Casa, para se discutir também o assunto. E o que a Casa decidir, vou acatar por dois motivos: um porque é obrigação acatar e outra é porque eu também tenho educação. Então, eu faria isso daí. Com relação aos custos, senhor me perguntou, quais são os custos?

O SR. ADELINO FOLLADOR – Qual a estimativa? Quanto o senhor vai arrecadar?

O SR. ORLANDO JOSÉ RAMIRES – No momento que nós estamos emitindo os boletos para a iniciativa privada, nós não estamos oferecendo essas contas para o SUS, eu não posso fazer dupla cobrança, então, na verdade, eu não estou recebendo, diminuí bastante a nossa arrecadação SUS. Com relação à iniciativa privada, daria em torno de trezentos,

duzentos e poucos mil reais por mês em todo o Estado, mais ou menos isso daí. Com relação à provocação do Ministério Público, eu tive, eu não me lembro de documentos, mas eu fui várias vezes, cobrado, inclusive assim, eu posso citar aquela Dra. de Ariquemes, a Promotora do Ministério Público, Dra. Priscila, também me cobrou, mas, uma coisa, Deputado, que eu queria deixar também claro, aproveitar a oportunidade que o senhor está falando, não há necessidade de eu ter que atender o Ministério Público para atender a Lei, a Lei é para ser atendida, só é chamado o Ministério Público, quando a pessoa não cumpre.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Mas porque de 2001, só agora que, porque que só agora?

O SR. ORLANDO JOSÉ RAMIRES – Eu acho que eu deveria dirigir a palavra para um colega nosso que foi diretor do banco de sangue há muito mais tempo do que eu, nessa época.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Isso é uma decisão do Governo, eu não acredito que seja uma decisão isolada da pessoa.

O SR. ORLANDO JOSÉ RAMIRES – Não é porque o senhor está falando aqui, nós temos colega nosso também contemporâneo, é contemporâneo também como médico. Mas ele, na época, ele também teve dificuldades para fazer isso, mas ele discutiu esse assunto naquela época que ele foi Presidente do banco de sangue.

O SR. VIRIATO MOURA - Deputado Adelino Follador, gostaria de fazer um aparte se fosse permitido, já que o Presidente permitiu. Quero parabenizá-lo pela intervenção e pelas procedentes perguntas. A primeira pergunta a FHEMERON, não pode responder, sabe por quê? Por que foi cobrado de uma forma absolutamente equivocada, eu não sei como é que a pessoa consegue se equivocar tanto numa única coisa, os valores que depois foram aferidos pelos hospitais de certo modo porque não estavam esperando receber aquilo não bateram nem de longe quanto que foi cobrado pela FHEMERON.

Número dois: a tabela não pode ser praticada. O Dr. Hiran Gallo, representa a nossa Entidade de Ética Máxima do País, e está dizendo que não pode.

Quer dizer, soma isso aí. Segundo, na tabela como disse de uma maneira muito procedente o companheiro de Ariquemes, aliás, Ariquemes mandou só gente boa aqui hoje, disse o seguinte: se é uma tabela cheia, a tabela para entidades de fins lucrativos, como é que eu posso pagar o mesmo valor que eu vou repassar?

E sabem o que aconteceu em Cacoal, muito bem lembrado pelo nosso deputado Redano, simplesmente o seguinte, o colega, o Hospital de lá teve a má sorte de antes de ter mais informações e cobrar de uma família foi execrado pela mídia porque o Hospital de Cacoal está vendendo sangue ao preço de quase R\$ 2.000,00, R\$ 1.800,00 e tanto, por várias vezes esse nosso companheiro foi exposto a mídia, a execração pública nos sites até que se chegasse a verdade, ele era um vampiro sanguíneo. Então, é o seguinte, a tabela não pode, a conta veio errada, a conta veio sem comprovante fiscal e outra coisa, o colega lá nervoso diante da situação o que é que ele fez?

Ele cobrou o mesmo preço e disse, aí cometeu uma falha: “olha, eu não posso nem lhe dar a nota fiscal disso”. Aí caíram de pau em cima dele, “porque senão eu vou pagar o seu imposto”. Errou, cometeu um lapso, cometeu, está um pouco distante não raciocinou na hora que disse isso, agora essa é a grande verdade. Então, a FHEMERON não tem esses dados, o Dr. Orlando disse o bem, não tem, não é nada de trezentos, porque só o meu já foi cobrado R\$ 100.000,00; do 09 de Julho sei lá quanto R\$ 60.000,00, entendeu. Então, algo está, aliás, muita coisa está muito errada nisso aí.

O SR. SALEH RAZZAK - Senhores, eu gostaria de contribuir, meu nome é Saleh, fui Presidente da FHEMERON ainda no Governo Bianco e naquela época já se discutia a cobrança do sangue e eu fiz uma viagem pelo Estado eu fui conhecer outros Estados para ver como é que funcionava, o que eu descobri? Que nos outros Estados a grande maioria dos bancos de sangue são privados. Então os bancos públicos nos outros Estados eles estão a serviço do SUS, mas não para a rede privada. Foi dessa forma que eu vi lá fora, eu trouxe essa informação na época para o Secretário. O Dr. Orlando era um dos Secretários também, conversamos com o Governador Bianco e ele achou que aquilo ia dá uma polêmica tremenda fazendo a cobrança e outros Governadores fizeram a mesma coisa, tanto é que nenhum Governador teve a iniciativa de colocar isso em pauta para se cobrar. Infelizmente, essas discussões geram sim polêmica, geram, porque doação de sangue ela é espontânea. Ela não é obrigatória, como é que o público doador, aquele que sempre está lá, como é que ele vai entender isso doando sangue, ele vai entender que está se comercializando, embora não é dessa forma, mas as pessoas vão entender que estão comercializando sangue, vocês imaginem na rede privada um ortopedista, por exemplo, o Dr. Viriato vai à rede privada operar um fêmur que ele faz isso com muita frequência. O que ele fala para a família? Preciso de seis doadores. A família sai correndo vão lá no banco de sangue, vai colocar sangue lá, depois esse sangue chega e ele apresenta a conta para a família. Vocês vão ter que pagar: ‘- Ué, mas nós doamos como é que eu vou pagar?’. E tem outra coisa, porque é que não faz o ressarcimento ao SUS? Eu pergunto para o Orlando as coisas que são atendidas na rede privada, que é cliente de Plano de Saúde que é atendido no público depois vem pelo ressarcimento ao SUS. Evita, inclusive, essa polêmica todinha, porque é que não faz isso? Por que é que tem que pagar diretamente um preço que acredito que vai ser muito alto, esse preço vai ser repassado para os clientes, para os servidores públicos, porque os servidores públicos têm Plano de Saúde, AMERON, UNIMED, SULAMERICA, isso não vai ficar de graça, isso vai para a conta dele, ele vai pagar mais caro, entendeu. Então vai ficar muito complicado isso, eu acho que tem que rever. Achar uma forma que seja boa para os dois lados. Essa é a contribuição que posso fazer.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Obrigado Dr. Saleh. Eu tenho até uma pergunta para lhe fazer também. O senhor foi diretor também do FHEMERON, na época do Governo do Bianco? E como era realizado na época do Governo? Como foi sanado esse problema?

O SR. SALEH RAZZAK – O Governador e junto com os Secretários eles acharam por bem não tocar nesse assunto,

não cobrar porque ia gerar uma polêmica tremenda, se vocês acompanharem na mídia, gente é muito difícil você arrecadar sangue. Você toda hora tem que está na mídia, tem que está ligando, tem as meninas lá que ficam o tempo todo ligando para os doadores porque o estoque baixa, quando chega à época de carnaval, quando chega na época festiva de Natal, Ano Novo esse estoque baixa consideravelmente e a gente fica pedindo pelo amor de Deus para a gente aumentar o estoque e aí a gente ficava naquele tempo fazendo sempre isso aí e de lá para cá eu acho que os diretores, os servidores públicos, eles sabem que é difícil você estocar sangue, porque muitas vezes o sangue não é só para cá não, a gente tem que mandar sangue para todo o Estado, para todos os municípios, tem municípios que às vezes não conseguem uma arrecadação boa para aquele local e a gente tem que mandar umas bolsas de sangue lá para o município.

Então, não é fácil, é complicado, eu fico preocupado certo, o Dr. Orlando disse que ele não houve uma queda, eu acho que isso não; vai acontecer uma queda de arrecadação de sangue, quando a população souber que começou a comercializar, mesmo que você tente explicar para a população que uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa, o sangue é uma coisa, o insumo é outra coisa, eles não vão entender isso aí, vai ser muito complicado o estoque de sangue pode baixar e nós vamos ter consequências gravíssimas lá na frente.

O SR. AMALEC DA COSTA - Deputado Neidson, permita-me um aparte?

O SR. ADELINO FOLLADOR – Posso fazer mais uma pergunta?

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Deputado Adelino.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Amalec, quer falar primeiro?

O SR. AMALEC DA COSTA – Um aparte. É pertinente ao assunto dentro do que o nosso amigo contribuiu, eu acho que de suma importância, por 14 anos não foi cobrado. O deputado Adelino fez a pergunta: porque cobrar agora? Nós temos na fala do Dr. Hiran, se eu estiver equivocado, me corrija, o Dr. Hiran falou que é uma lei, mas ao mesmo tempo ela nos dá uma faculdade, ela não é obrigatória, é facultativa, palavra do Dr. Hiran. A opção aqui pronunciada pelo deputado Alex de suspensão até uma regularização é a mínima plausível e que deve ser, eu acredito, atendida pela FHEMERON, de imediato. Mas o certo mesmo, atendendo, já que nós temos a faculdade de não termos a obrigação, de acontecer como aconteceu na época do colega, de não ter essa cobrança. Até por que não tem nenhuma placa lá na FHEMERON dizendo: ‘doadores para hospitais particulares’, ou ‘doadores para o público’. E não está dizendo lá que a doação é apenas, Deputado Adelino, do rico ou do pobre: ‘não, só pode doar o pobre aqui porque vai atender ao SUS’. Onde nós sabemos que grande parte dos doadores de sangue, são pessoas que têm condição de pagar o plano de saúde e ir para o particular, mas mesmo assim fazem porque sabem do propósito final, que é salvar vidas.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu gostaria de fazer, o Dr. Hiran, no seu pronunciamento, questionou a tabela que está sendo usada, que está *sub judice*. Eu acho que já seria motivo suficiente para suspender, não sei se é isso, se for isso, se é

uma tabela que está *sub judice*. Nós não podemos, a FHEMERON não pode usá-la, por enquanto. Então, eu acho, gostaria que o Dr. Hiran confirmasse isso.

O SR. HIRAN GALLO – Deputado, verdade verdadeira. Essa tabela é de propriedade do Conselho Federal de Medicina e Associação Médica Brasileira. Qualquer cidadão, para usar, tem que pedir a autorização do Conselho Federal da Associação Médica Brasileira. Só que esta tabela nós não podemos usar porque foi classificada como cartel, portanto, nenhum médico brasileiro, ninguém pode usar esta tabela, primeiro, se ela tivesse valendo, tinha que ter autorização do Conselho Federal de Medicina e da Associação Médica Brasileira. Segundo, ela não tem validade porque está *sub judice*, inclusive, já com processo transitado e julgado.

O SR. VIRIATO MOURA – Permitam mais um aparte. Eu estou vendo aqui que a coisa ficou clara, no primeiro encontro, porque não tem porque não ficar. Não tem porque não ficar. A população, se fizer uma pesquisa, sugerida pelo deputado Redano, vai dar, eu duvido que dê 98%, os 2% deve ser alguém aí com outros interesses, porque 100% ninguém quer pagar sangue. Nenhum hospital de Porto Velho ainda cobrou de ninguém porque está ali constrangido de fazer essa cobrança. O coitado de Cacoal teve má sorte, cobrou.

Outra coisa, eu tenho uma sugestão para fazer aqui. O deputado Follador levantou uma questão muito pertinente. Essa lei não surgiu agora, no início deste ano, senhores. Foi em agosto de 2001. Ora, se não foi cobrado até hoje, eu lamento que justamente... Porque antes do Dr. Orlando não era nem médico que estava lá, era o Ted, nem médico ele era, era o Presidente da FHEMERON. E o outro, o Governador Bianco não é médico, é advogado, todos logo se sensibilizaram que não era oportuna essa cobrança. Por que agora, nós temos dois médicos de longa experiência, de uma história longa aqui no Estado, um chegou ao governo do Estado, outro já foi Secretário, já ocupou outras funções, justamente agora é feita essa cobrança? Ora, se não cobraram em 14 anos, a mesma decisão para cobrar este ano, pode ter a decisão sem demandar todo esse trabalho da Assembleia em fazer essas normativas legais, simplesmente dizer, questão de bom senso: vamos suspender isso. Porque eu tenho certeza que se a FHEMERON viveu todos esses anos sem esses 300 mil reais, 300 mil nesse cálculo nessa tabela, se for a outra deve ser menos, não vai mudar nada, senhoras e senhores. Não vai mudar nada. E uma coisa que me chamou a atenção, foi que está dizendo que a FHEMERON, não sei, alguém falou isso aqui, que não tem dependência financeira. Posso estar errado, mas estou me embasando no que foi dito aqui, escrevi aqui. Se não tem dependência financeira, como é que pode cobrar? Eu estive na Secretaria de Estado da Fazenda, eu estive, senhoras e senhores, onde precisei estar, porque essas coisas deixam a gente tão indignados que tem que ir aonde as coisas estão, aonde é possível a resposta. Falei com o chefe da arrecadação do Estado. Quando eu cheguei lá, eu disse: “olha, eu represento o Sindicato, estou aqui para saber disso”. Ele falou: “não, mas o que é que é isso? não sei o quê”. Chamou os assessores. “isso teria que ser cobrado por DARE, não fomos informados...”. Isso é briga lá deles, não é nossa.

Então, a questão é essa, a minha sugestão é que, mas aí tem que apelar para o bom senso, o discernimento, e saber

que o momento político, inclusive, para o governo, não está bom para arranjar mais confusão, e decidir: para com isso, vamos ver de um jeito, até nós podermos colaborar, enquanto temos equipes altamente qualificadas, em qualificar o grupo da FHEMERON. Por que vamos perguntar da FHEMERON quais são as atitudes, pelo menos eu não as sei, e tomara que eu saiba agora, de programas que existem de educação continuada para que se faça uma doação racionalizada de sangue. É, sim senhor, isso é preciso. Pelo menos lá no meu hospital nunca foram e nunca me chamaram porque, eu digo isso, por quê? Porque o Dr. Saleh, que já foi Presidente da UNIMED, já foi Presidente do banco de sangue, que sabe muito bem que sangue é sempre algo necessário. Há sempre uma deficiência. Pode ser que agora, um raio divino vá todo mundo lá doar, quem sabe? Pode ser, pode ser. Agora, uma coisa é certa, e a minha pergunta: racionalizar doação, o que é que é isso? Para evitar do médico, de repente, pedir: “olha, vamos fazer aí 05 bolsas de sangue”. Aí depois, faz duas. E algumas plaquetas, etc., se não ficar em condições adequadas, todos, mas tem uns que é menor tempo e se decompõem, não pode nem devolver, estraga. Então isso se chama desperdício. Então, mais uma vez, nós do Sindicato dos Hospitais nos colocamos à disposição para promover eventos, para ajudar nesse sentido, para que se empreenda uma campanha, que tem que ser junto conosco, para racionalização da doação de sangue. Isso sim é uma obrigação inquestionável da FHEMERON. Isso evitaria, naturalmente, as dificuldades que se têm quando houver diminuição de doadores.

(Às 17 horas e 02 minutos o Dr. Neidson passa a presidência para o Sr. Só na Bença)

O SR. SÓ NA BENÇA (Presidente) – Pois bem, acabamos de ouvir o Dr. Viriato Moura, dando as suas sugestões e a cada um presente. Eu quero saber se a Doutora tem alguma palavra para dizer? Se a senhora tiver, é muito importante se a senhora tiver, se não tiver, nós vamos dar, inclusive foi convocado a presença do subchefe da Casa Civil, Ezequiel Neiva, não sei se já chegou. Pode falar está com a oportunidade.

A SRA. EVANY GABRIELA – Boa tarde. É um prazer estar aqui. Eu estava observando que a participação muito boa, muito relevante de todos os Deputados presentes, os médicos Dr. Hiran Gallo, Dr. Viriato. Como o próprio eputado Só Na Bença falou, é muito significativo esse assunto. Eu esperava que do outro lado tivesse assim a Casa lotada, porque é um assunto que apesar de polêmico, ele tem grande relevância e diz respeito a todos, sem distinção de ninguém, sem distinção de classe ou de sexo, ou de cor, de nada.

Então, eu acho que nesses momentos tem que fazer bastante divulgação para a sociedade participar, realmente, porque são os maiores interessados e eu esperava que estivesse a Casa superlotada.

Estou aqui representando a OAB e acho muito justo que seja pedida a suspensão dessa cobrança até que haja uma regulamentação e como o Dr. Viriato Moura disse também, que eu concordo plenamente, tem que haver alguma sugestão que seja boa para as duas partes, que ninguém saia no prejuízo, principalmente a nossa sociedade que é a principal interessada e que está em estado de fragilidade, que são os que necessitam

desse sangue que é o material que dá a vida para todos. Então, eram essas minhas palavras.

(Às 17 horas e 4 minutos o senhor Só Na Bença, passa a Presidência para o Dr. Neidson).

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Obrigado pelas palavras. Nós neste momento, vamos montar uma Comissão para que possamos falar junto ao Governo do Estado, ao Poder Executivo, ao Governador do Estado, para tentar reverter essa situação e que possamos suspender essa cobrança ou definitivamente ou por algum tempo para ver uma solução melhor para esta situação. Uma Comissão Mista, composta pelos Deputados e representantes, podemos colocar os quatro Deputados que estão presentes, deputado Adelino Follador, deputado Alex Redano, deputado Só Na Bença e eu Dr. Neidson, mais quatro representantes, Dr. Viriato, Dr. Hiran, já tem o Dr. Orlando também que faz parte do governo, faltam dois.

O SR. ADELINO FOLLADOR – A OAB, também é bom que esteja presente.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – A OAB também não é? E o vereador Amalec. Composta a Comissão.

O SR. ALEX REDANO – Senhor Presidente, e também uma indicação em conjunto, amanhã na Sessão, colhendo assinatura de todos os vinte e quatro Deputados, senhor Presidente, que a assessoria já providencie esse documento para todos os vinte e quatro Deputados, solicitando a suspensão do pagamento até a regularização.

Gostaria de enfatizar mais uma vez o trabalho que a FHEMERON faz na pessoa do senhor Orlando, na pessoa do diretor Luiz Garcia, de Ariquemes, meu amigo. E senhores Deputados, temos uma nova luta a ser travada, é a luta da independência financeira e orçamentária da FHEMERON, que muitas vezes, senhores, nós cobramos, cobramos a FHEMERON e eles têm dificuldades de nos atenderem, campanha de sangue, a minha igreja, a qual eu congrego a Igreja Adventista, faz um trabalho muito grande de doações de sangue, e às vezes temos dificuldade. Mas nós sabemos que a dificuldade orçamentária e independente, e a independência da FHEMERON.

Então, eu conclamo os demais Deputados, a sociedade para abraçarmos essa causa também da independência financeira e orçamentária da FHEMERON. Obrigado pelo aparte, Sr. Presidente.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Boa tarde. Com a palavra.

O SR. JOÃO CARLOS SOARES – Meu nome é João Carlos, sou da Maternidade Regina Pacis. Eu queria saber de vocês, se vai ser cancelado esse boleto, se for cancelado vence amanhã, queria aqui uma resposta agora aqui, para a gente não pagar entendeu. Porque no documento que veio, disseram que se a gente não pagasse esse boleto, seria suspenso o sangue, só seria liberado para casos emergenciais, se for uma cirurgia eletiva, eles não vão disponibilizar o sangue.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Dr. Orlando.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Temos aqui o subchefe da Casa Civil.

O SR. DR. ORLANDO JOSÉ RAMIRES – Como é o nome do colega?

O SR. JOÃO CARLOS SOARES – João Carlos, da Regina Pacis.

O SR. DR. ORLANDO JOSÉ RAMIRES – João Carlos olha bem. Eu acho que tem muita coisa que está sendo colocada aqui, eu já fui chamado aqui de mentiroso umas cinco vezes, eu só admito mais umas quatro. Mas, assim, eu quero dizer para você que não houve essa conversa, olha bem, nós não temos, olha bem, em primeiro lugar, eu estou me colocando numa situação interessante não é? Parece até que eu sou o bandido e os outros são os mocinhos. Aquele documento ali tem a interpretação que se quer dar, na verdade se lê direito e quiser entender, mais não tem nada de ameaça de não fazer isso, eu posso até tentar explicar, mas, não acho necessário. Eu gostaria que você entendesse, não há nenhum interesse do Banco de Sangue, em fazer esse tipo de cobrança, eu não tenho nenhum interesse, inclusive, na minha idade ficar me submetendo a esse tipo de conversa, desse tipo de coisas indiretas e até realmente, eu perdoo meu amigo Viriato pela nossa história, mas ele me chamou de mentiroso umas três ou quatro vezes, só vou permitir mais umas cinco, viu Viriato.

Então, olha bem pessoal, eu quero dizer para vocês, eu não posso, eu não posso interromper o fornecimento de sangue para os casos de urgência e emergência, esse que é o negócio nos casos de urgência, agora aquilo que está colocado é simplesmente o seguinte: o sangue que é fornecido pelo banco de sangue, é para o SUS, para os pacientes que estão nos hospitais públicos, é essa que é a obrigação primordial do banco de sangue. No caso específico, a gente faz contrato com todos os hospitais; mesmos os públicos. O que acontece? Quando a gente vai emitir uma bolsa de sangue, fornecer para qualquer entidade, ela tem que fazer um contrato com a gente, mas às vezes ela não fez o contrato, então, você fornece e ela vai ter um prazo para depois fazer o contrato. É isso que está dizendo, não tem nada de que eu não tenho interesse nenhum, na minha idade, acha que na minha idade, na idade que nós chegamos, deputado Adelino, nós vamos ter interesse em prejudicar as pessoas?

O SR. ADELINO FOLLADOR – Dr. Orlando eu queria até pedir um aparte? E o respeito pelo tempo que eu já conheço o senhor e sei da sua idoneidade, sei como pessoa. Ninguém aqui está chamando o senhor de mentiroso...

O SR. ORLANDO JOSÉ RAMIRES – Não, eu sei...

O SR. ADELINO FOLLADOR – Nós estamos questionando o fato que foi, eu tenho certeza que foi uma decisão de governo, infelizmente o senhor está lá, o senhor está representando um órgão que automaticamente o senhor foi afetado. Mas nós somos contra a decisão de governo que houve para arrecadar a qualquer custo, isso é uma decisão para arrecadar a qualquer custo, como tem outras decisões no governo que nós discordamos por que tem baixar a folha a qualquer custo, tem que fazer economia a qualquer custo. E no DER, na saúde, na educação estão pagando o pato, para a máquina. Então nós

temos que economizar sim, nós temos que tomar decisões, arrecadar, mas não a qualquer custo. Essa, Dr. Orlando, não estou, com todo respeito que eu tenho com o senhor há muitos anos e eu sei que o senhor está tentando fazer o máximo, mas essa decisão de governo que todos aqui discordam, e se fizer uma pesquisa no Estado de Rondônia todo, como foi citado aqui que na época do Governo Bianco, foi uma decisão de Governo, hoje o Ministério Público já questiona tudo, você têm a defesa, você se porventura pelo que eu tenho conhecimento até agora não tem nada por escrito, e até chegar, mesmo que chegasse por escrito tem os Procuradores para poder fazer a justificativa enquanto isso vai decidindo, se tiver uma decisão final, aí lá nós temos ainda até lá dá para ganhar muito tempo.

Agora eu pergunto também como é que vai se, Dr. Hiran Gallo, falou aqui que essa tabela esta *sub judice* não pode ser usada. Tem outra tabela para ser usada? Por que se usar uma tabela é ilegal, também amanhã pode ser questionada e devolver o dinheiro para o pessoal.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Tem outra tabela para ser usada sem ser essa?

O SR. ORLANDO JOSÉ RAMIRES – Deputado, na verdade, eu não falei que o senhor me chamou de mentiroso não, longe de mim.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Mas o senhor falou que...

O SR. ORLANDO JOSÉ RAMIRES – Não, mas quem falou sabe para quem eu disse. Olha bem, deixa eu falar um negócio para o senhor, essa tabela consta nas nossas atas das nossas reuniões, foi solicitada pelas clínicas privadas, uma das condições deles assinarem a ata, de fazer a reunião era utilizar a tabela da CBHPM, entendeu? Está escrito.

O SR. ADELINO FOLLADOR – É essa aqui que o senhor esta questionando não é?

O SR. ORLANDO JOSÉ RAMIRES – Essa aqui que o Hiran agora falou, mas, tudo bem se não tiver, essa tabela não puder ser utilizada, ela não vai ser utilizada.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Eu acho que questão só juridicamente de questionar e interromper. Eu acho que cabe até o sindicato fazer isso de imediato juridicamente e aí enquanto isso cessa e dá tempo para a gente conversar sobre isso e achar um caminho. Agora esse caminho de cobrar a qualquer custo, eu acho que não vale a pena não.

O SR. VIRIATO MOURA – Deputado o senhor sempre, parabenizo o senhor pelas intervenções, é isso aí mesmo. O Dr. Orlando se dirigiu a minha pessoa, mas, ele deve saber daquele ditado popular que diz: que bala trocada não dói. Ele ao mesmo tempo, ele, quando nós somos chamados de mentirosos lá na FHEMERON, sete companheiros, inclusive, o Presidente da UNIMED esteve presente com o Governador, ouvimos um assessor totalmente equivocado que foi lá dizer aleivosias e que eu contestei com veemência. Então esse negócio que está dizendo, o Dr. Orlando já esteve na rádio, quem espalhou isso não fui eu, eu tive uma intervenção na rádio lá com o pessoal do 'Papo de Redação', quando me

ligaram que o Presidente da UNIMED dizendo veja o que o Orlando está dizendo. Eu entrei no ar imediatamente pena que só tinha seis minutos para falar, mas, no outro dia estive lá a convite dessa equipe para participar do programa, quer dizer, a pessoa fica dizendo uma série de coisas da gente e eu tomo as dores dos meus companheiros, por que somos um Sindicato, então não adianta ficar dizendo que eu sou porta voz, o que eu estou dizendo eles endossam entendeu? Então não estou chamando de mentiroso, eu estou dizendo a mesma coisa, por que às vezes a pessoa diz que o outro é, mas quando é a sua vez de ter a sinceridade interpreta semanticamente o termo, entendeu? Então é isso, ademais já falamos o que tínhamos a falar o resto da parte aqui.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Obrigado.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) - Dr. Neidson registramos a presença do excelentíssimo Sr. sub Secretário da Casa Civil do Governo do Estado, Ezequiel Neiva.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Nesta Audiência ainda estive em contato há pouco tempo com subchefe da Casa Civil, Ezequiel Neiva, que prontamente se fez presente nesta Casa, estamos levantando, Ezequiel, uma questão sobre a cobrança de insumos de bolsas de sangue, hemocomponentes para a rede privada de saúde, que no final, a cobrança não vai sair para a rede privada, vai sair para o consumidor que é usuário do Sistema Único de Saúde.

Todos nós somos usuários, todos nós somos contribuintes e financiadores dos programas do Governo. Então se temos uma lei desde 2001 uma lei federal que regulariza a cobrança de insumos, mas só que desde de 2001 até hoje, vamos dizer assim esse ano que se iniciou a cobrança. Então nós pela Comissão de Saúde já constituímos uma comissão para que possamos conversar com o Poder Executivo, com o Governador do Estado para ver a possibilidade de suspender essas cobranças que estão gerando polêmicas para a população e nos Hospitais também.

Então estamos realizando também, está sendo feita através da assessoria jurídica desta Casa uma indicação coletiva pedindo a suspensão destas cobranças. Então queremos que o senhor esteja a par disso e que já possa conversar com o Governador e marcar uma reunião o mais breve possível para que possamos, juntamente, com esta comissão e a sua presença também, que possamos conversar e colocar em dias as conversas com o Governador para tentar suspender estas cobranças. Parabenizamos também pelo empenho que tem e de prontamente todas às vezes que precisamos até como foi na vez que nós através desta fomos visitar o Município de Costa Marques que disponibilizaram pelo Governo um avião também e vossa senhoria nos acompanhou naquela localidade. Quero lhe parabenizar e pedir, e fazer esse apelo também para que possa comunicar ao Governador do Estado e que nós juntamente com a comissão possamos conversar com o Governador e levar essa indicação para que possamos suspender esta cobrança. Se quiserem fazer uso da palavra.

O SR. EZEQUIEL NEIVA – Quero cumprimentar V.Ex^a deputado Dr. Neidson, deputado Só na Bença nosso irmão, em nome de vossa excelência cumprimentar a mesa, deputado Adelino Follador, a todos os participantes desta reunião, parabenizar a

nossa Comissão de Saúde que, realmente, está trabalhando muito, tive o maior prazer de acompanhá-los lá em Costa Marques naquela audiência que já gerou um resultado positivo para a população, parabenizamos toda a Assembleia Legislativa porque vocês votam, e ajudam o Governo, mas, na hora de fiscalizar vocês estão aí prontos e atentos a tudo que está acontecendo no Estado.

Mas, deputado Neidson, eu sou um doador de sangue, eu entrei na Polícia Militar em 1990 e quando eu estava fazendo o curso chegaram lá pedindo aos alunos, não tinham voluntários, todo mundo, fomos obrigados a fazer a doação, fizemos exames e a partir daí eu nunca mais parei, todos os anos eu faço doação de sangue em Cerejeiras no nosso hospital e sempre procuro incentivar as pessoas para que possam doar sangue para salvar vidas.

Ouvimos falar disso esses dias, acho que um veículo de comunicação acabou veiculando essa notícia, mas olha só o Governo confia muito na equipe do FHEMERON, o pessoal está fazendo um grande trabalho, se é que está acontecendo alguma coisa fora da FHEMERON acho que o Estado obviamente tem que ser fiscalizado e ver quem está errando, deputado Adelino, e tomar as providências, mas o certo é que jamais podemos negar sangue, se estiver no hospital particular ou qualquer lugar que seja é obrigação do Estado, se tivermos lá em estoque o sangue nós temos que fornecer. Agora essas questões que foram ouvidas e vossas excelências marcaram esta audiência para realmente discutir essa questão pode ter certeza que o Estado dará toda colaboração, o FHEMERON está para prestar todas as informações e nós vamos tomar as providências cabíveis, podem ter certeza disso.

No mais, obrigado, nós vamos procurar marcar essa audiência com o Governador na próxima segunda-feira, ele está fora senão seria esta semana. Mas segunda-feira eu estarei comunicando, aliás, vou fazer isso antes, até quinta, quarta eu estarei comunicando a v.exª do dia e da hora dessa audiência para que a Comissão de Saúde possa sentar com o Governador, juntamente com o nosso FHEMERON e outras pessoas interessadas que querem discutir o assunto para que possamos resolver isso e agradarmos a nossa população, que é para isso que o Governo tem o maior desejo. Obrigado.

O SR. SALEH RAZZAK – Presidente quero mais uma vez contribuir, o artigo 14 do inciso V da lei não fala em obrigatoriedade de cobrança, ele fala em permissão, é por isso que o Ministério Público não entrou na discussão desde o início, correto? Então quanto ao colega, o companheiro dizer que está preocupado em não fornecimento de sangue, é obrigação do banco de sangue fornecer e se tiver alguma discussão que vá para a Justiça, mas não pode deixar de fornecer sangue para a rede privada.

O SR. ALEX REDANO – Sr. Presidente, permita uma colocação, falamos em várias questões acerca da comercialização ou dos insumos ou do sangue e não nos atentamos para uma questão, que na verdade estão aqui várias clínicas particulares cobrando que não seja feita essa cobrança, mas por outro lado se fosse efetuado tudo certinho seria permitido os próprios hospitais cobrarem o lucro, se é 428 a bolsa, ele pode ter o lucro de 30%, 20%, 40% em cima do trabalho já que ele paga os impostos, é uma empresa particular, então na verdade nós estamos aqui defendendo a comunidade, a população, porque

queiram ou não, nós somos sabedores que o hospital vai repassar essa despesa ao paciente, mas como é fins lucrativos seria difícil, não sei se tem uma lei proibindo, porque ele está prestando um serviço e ele pode ter o lucro em cima desse serviço. Então tem mais essa questão que não foi levantada aqui, eu não sei, Viriato, se poderia. Antes de encerrar só mais essa polêmica, e eu vejo que é polêmica sim essa discussão.

O SR. JOÃO CARLOS SOARES – Olha só, quando eu falo dessa preocupação, porque assim o FHEMERON não emite nota fiscal para empresa privada, só que se a gente faz esse repasse para o convênio somos obrigados a emitir nota fiscal para o convênio, a gente vai pagar imposto sobre isso só que a gente não recebeu nenhuma nota fiscal para a nossa contabilidade, entendeu? Outra coisa, essa tabela da CBHPM, a sétima edição acho que os hospitais não são doidos de aceitar essa tabela, porque os convênios trabalham com a quinta edição, alguns trabalham com a quarta. Eu estive no IPAM esses dias com o Dr. Cury e ele falou que eles têm uma tabela própria, que nem trabalham com CBHPM, inclusive, ele queria marcar uma reunião com o Dr. Orlando, da FHEMERON, para justamente debater sobre isso, porque o IPAM tem uma tabela própria, que não é CBHPM. A quinta edição da CBHPM, a unidade de custo operacional custa R\$ 11,50, da sétima edição a unidade de custo operacional custa R\$ 16,50, só aí já há uma diferença de R\$ 4,00 que multiplicado pelos coeficientes vai dar um valor absurdo.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Obrigado. Queremos agradecer a presença de todos, eu acredito que foi bem frutífera esta reunião e agora com essa comissão para ir conversar com o Governador nós vamos tentar dar uma solução a este problema. Quero passara palavra ao Sr. Rodrigo.

O SR. RODRIGO BARBOSA MARQUES – Boa tarde, eu sou Rodrigo, advogado do hospital Unimed/Rondônia, desejo uma boa tarde que na verdade já está sendo muito frutífera. É só uma correção, se falou em lucro há pouco, salvo engano o Deputado, só me permite humildemente corrigi-lo, quando se fala na palavra lucro, na verdade talvez seja já visualizando a questão do custo que vai ter nessa nota fiscal. Não é, mas na verdade não é lucro até porque se fosse lucro, falar em lucro estaria se falando em comercialização, só um adendo para que fique bem claro que não se trata de lucro e complementando o que o colega ali expôs.

O SR. JOÃO CARLOS SOARES – E outra coisa que não foi discutida ainda, tem uma rapaz que fica à disposição 24 horas para buscar esse sangue, ele usa veículo, ele usa combustível e ele usa desgaste do veículo e o pagamento de salário dele mensal, que vocês não estão falando sobre isso aqui, também é custo.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Então, sem mais para o momento, invocando a proteção de Deus, declaro encerrada a presente Audiência Pública.

(Encerra-se esta audiência pública às 17 horas e 25 minutos).